



**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA**  
**Processo Administrativo nº 23079.200766/2023-89**

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa especializada para prestação de Serviço continuado de Limpeza e Higienização dos reservatórios de água da Residência Estudantil com fornecimento de laudo de potabilidade da água por laboratório habilitado, bem como de controle dos padrões de potabilidade da água na Residência Estudantil conforme condições, quantidades e estimativas, exigências estabelecidas neste instrumento: Serviço de limpeza de caixa d' água e cisternas com fornecimento de laudo de potabilidade da água por laboratório habilitado, das caixas d'água e cisternas.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO   | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE   | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---|--------|-------------------|--|----------------|-------------|
| 1    | Higienização e Desinfecção dos<br><br>Reservatórios de Água:<br>Cisterna e Caixas d'água<br>serviço de limpeza de<br>caixa d'água e cisternas<br>com fornecimento de<br>laudo de potabilidade por<br>laboratório habilitado uma<br>semana após a execução<br>do serviço,<br>compreendendo a retirada<br>de toda a água dos<br>reservatórios por meio de<br>bombas submersas com<br>capacidade de vazão<br>compatível ao tamanho do<br>reservatório. A limpeza<br>deverá ser realizada<br>escovando-se as paredes<br>internas e o fundo<br>utilizando hipoclorito de<br>sódio, deverá ser<br>verificada toda e qualquer<br>fissura que possam<br>permitir vazamentos e<br>infiltrações, causadas pelo<br>processo. Deverá ser<br>realizada a desinfecção do<br>reservatório através do | 13595  | UND               | 61 caixas de<br>água com<br>2500 litros<br>cada<br>(por ano),<br>correspondent<br>e a 122 para<br>os dois anos<br>de<br>contrato | (*)            | (**)        |

|  |   |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|
|  | uso do hipoclorito de sódio, visando eliminar bactérias patogênicas, germes nocivos e coliformes fecais que são os maiores contaminantes da água. |  |  |  |  |  |
|--|---|--|--|--|--|--|

(\*)(\*\*) " Estimativa de preço será concomitante com a seleção do fornecedor, na forma da IN 65/2021 Seges/ME".

(\*) VALOR UNITÁRIO: PREÇO POR RESERVATÓRIO POR ANO

1.2. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.2.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a necessidade é permanente para garantir as condições de salubridade de consumo da água nos prédios da Residência Estudantil, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o custo processual de um novo procedimento de contratação, desde que seja verificada a manutenção de melhor preço de mercado por ocasião das eventuais prorrogações;

1.3. O custo estimado total da contratação não é conhecido, pois a estimativa de preços será realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa, nos termos do § 4º do art. 7º da IN 65/2021 Seges/ME.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A presente contratação tem por objetivo serviços de higienização, desinfecção e análises bacteriológicas das caixas d'água de acordo com as normas regulamentares. Com base na **Lei Estadual 8075 de 27/08/2018** e **Decreto 20356 de 17/08/1994** que exige a limpeza e desinfecção das caixas de água seja realizada a cada 12 (doze) meses. Junte-se a isso a necessidade de manutenção da qualidade da água, com condições de consumo humano e padrão de potabilidade, garantindo a saúde aos 500 (quinhentos) estudantes residentes e servidores lotados na Residência Estudantil, conforme Portaria **GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021** e **Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017**, que dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- 2.2. Cabe ressaltar, que os serviços são considerados de natureza continuada, necessária à Residência Estudantil e sua interrupção irá comprometer a continuidade das atividades, trazendo riscos à saúde das pessoas e possíveis danos ao patrimônio público. Assim, a contratação deve estender-se por mais de um exercício financeiro e continuamente.
- 2.3. A limpeza, higienização e coleta de amostras dos reservatórios serão executadas, exclusivamente, por pessoas jurídicas (empresas) licenciadas pelo INEA, conforme estabelece a **Lei Estadual nº 1.893, de 20.11.91**.
- 2.4. A empresa deverá ser emitir um Comprovante de Execução de Serviços (CES), que deverá estar afixado em local visível ao público, assim como o resultado da análise bacteriológica, que só poderão ser executadas pelo laboratório do INEA ou por laboratórios por ele credenciados. O CES somente será considerado válido quando houver identificação do Responsável Técnico e estiver acompanhado dos resultados das análises bacteriológicas.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 3.1. Limpeza e higienização das caixas de água, objetivando a proteção, integridade e a salubridade da Residência Estudantil.
- 3.2. O Controle de qualidade da água objetivando higienização, proteção e limpeza das águas dos reservatórios utilizada pelos estudantes/moradores da Residência Estudantil.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 4.2. A(s) empresa(s) deverá(ão) adotar os critérios e práticas de sustentabilidade previstas no Guia de Licitações Sustentáveis da AGU, bem como outras legislações vigentes as quais constituem-se em medidas para minimizar a geração de resíduos e rejeitos e prever sua destinação ambiental adequada;
- 4.3. Os produtos utilizados devem ser certificados pela ANVISA, biodegradáveis, não tóxicos, acondicionados em embalagem individual adequada e que utilize materiais recicláveis e seguro para pessoas.
- 4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 4.5. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de até 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
  - 4.5.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.
  - 4.5.2. No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

### **5. VISTORIA**

- 5.1. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 17 horas. Servidor responsável para agendamento das vistorias : Sheila Imamura, Telefone : (21) 3938-0101. Emails: [residencia1@pr7.ufrj.br](mailto:residencia1@pr7.ufrj.br) e [sheila@pr7.ufrj.br](mailto:sheila@pr7.ufrj.br)
- 5.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 5.3. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 5.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

- 6.1. A execução dos serviços será iniciada no primeiro dia útil seguinte à reunião preliminar que ocorrerá em até 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.
- 6.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço Largo Wanda de Oliveira, n.º 400. Cidade Universitária – Ilha do Fundão – Rio de Janeiro – CEP 21941-545.

## **7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

- 7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no contrato, promovendo sua substituição quando necessário:

## **8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

- 8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 8.1.1. *Higienização* dos reservatórios com hidro-jateamento, escovação e pré-coloração
  - 8.1.2. *Tratamento* com agente bactericida (hipoclorito de cálcio) em dosagem adequada ao consumo humano com monitoramento de ciclo residual e pH
  - 8.1.3. Prever o esponjeamento nas bordas dos reservatórios a fim de impedir a penetração de insetos e outros agentes patogênicos em seu interior
  - 8.1.4. Desinfecção das redes de distribuição interna
  - 8.1.5. Desinfecção dos conjuntos de sucção e recalque
  - 8.1.6. Análise laboratorial de água exigido pelo Ministério da Saúde segundo portaria 518 de 25/03/2004 do MS, após a limpeza dos reservatórios

## **9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **9.1. ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

- 9.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).
- 9.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 9.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
- 9.1.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
  - 9.1.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 9.1.4. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133/2021, art. 118).
- 9.1.4.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade (IN 5, art. 44, §1º)

- 9.1.5.O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 9.1.6.O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 9.1.7.Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
- 9.1.7.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 9.1.8.As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
- 9.1.9.O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 9.1.10. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, §3º).
- 9.1.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 9.1.12. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

## **9.2. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

- 9.2.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:
- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
  - b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 9.2.2.A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 9.2.3.A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 9.2.3.1. Considerar-se-á a metragem do local que foi asseado e a apresentação do laudo de potabilidade da água feita por laboratório habilitado para tal.

9.2.4. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

9.2.4.1. não produziu os resultados acordados;

9.2.4.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

9.2.4.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### 9.3. DO RECEBIMENTO

9.3.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do entrega do Relatório Circunstanciado pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.

9.3.1.1. O contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

9.3.1.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

9.3.1.1.2. O Contratado fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.3.1.1.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.3.1.2. No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

9.3.1.2.1. quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente,

após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

9.3.3.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.3.3.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.3.3.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

9.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR MEDIANTE O USO DO SISTEMA DE DISPENSA ELETRÔNICA**

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço por item.

10.2. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.3. Os critérios de habilitação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no Anexo I do Aviso de Contratação Direta.

10.4. Os critérios de habilitação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

10.4.1. O proponente deverá apresentar 01 (um) ou mais Atestado(s) ou declaração(ões) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome e favor da empresa, dentro do prazo de validade, comprovando a execução da prestação dos serviços de limpeza e higienização dos reservatórios de água (Cisternas e Caixas d'água), bem como de controle dos padrões de potabilidade da água consumida, que constituem as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, com características compatíveis com o objeto da licitação, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses, com quantitativo mínimo de 61 unidades de serviço executado.

10.4.1.1. Os Atestados de Capacidade Técnica devem atender, também, ao seguinte:

10.4.1.1.1. Os atestados ou declarações deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, registrado na Junta Comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

10.4.1.1.2. Somente serão aceitos atestados ou declarações expedidas após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG nº 05 de 2017.

10.4.1.1.3. Para a comprovação da experiência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, será aceito o somatório de atestados de períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de os 24 (vinte e quatro) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG nº 5/2017.

10.4.1.1.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços

executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

10.4.1.1.5. A proponente disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados ou declarações apresentadas, fornecendo, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.4.2. O Atestado de Vistoria - O proponente detentor da melhor oferta deverá comprovar, para fins de habilitação, a vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, mediante encaminhamento do Atestado de Vistoria, devidamente assinado por servidor da Residência Estudantil, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10.4.2.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo proponente em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

10.4.3. Apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

10.4.3.1. No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

10.4.4. Registro ou inscrição na entidade profissional competente, em plena validade;

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, conforme indicação de recursos a ser emitida pela Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças - PR-3.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023